

CONTRACEPÇÃO ORAL DE EMERGÊNCIA: CRENÇAS, CONHECIMENTOS E CONSUMO NOS ESTUDANTES DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

André Coelho¹ Ana Cristos² Mónica Mesquita³ Teresa Guimarães⁴ & Anabela Graça⁵

^{1,5}Área Científica de Farmácia, ESTeSL-IPL; ^{2,3}Estudantes da Licenciatura em Farmácia, ESTeSL-IPL; ⁴Área Científica de Psicologia, ESTeSL-IPL

INTRODUÇÃO: Em Portugal, o recurso à Contraceção Oral de Emergência (COE) tem aumentado nos últimos anos, sobretudo nas faixas etárias mais jovens. Constituindo os conhecimentos e crenças de um indivíduo factores determinantes do seu comportamento em determinado domínio, importa abordá-los no âmbito da COE, de forma a identificar os processos que presidem à adopção deste tipo de contracepção e, a partir daí, delinear estratégias de intervenção.

OBJECTIVOS: Identificar e caracterizar as práticas contraceptivas dos estudantes, sobretudo no que concerne à COE, bem como as suas crenças e conhecimentos sobre este método contraceptivo (MC).

MÉTODO

PARTICIPANTES: 275 estudantes (44% ♀), a maioria (59,6%) com idade compreendida entre os 18 e 22 anos, representativos do Instituto Politécnico de Lisboa. 14,2% dos estudantes da amostra frequentam cursos na área da saúde.

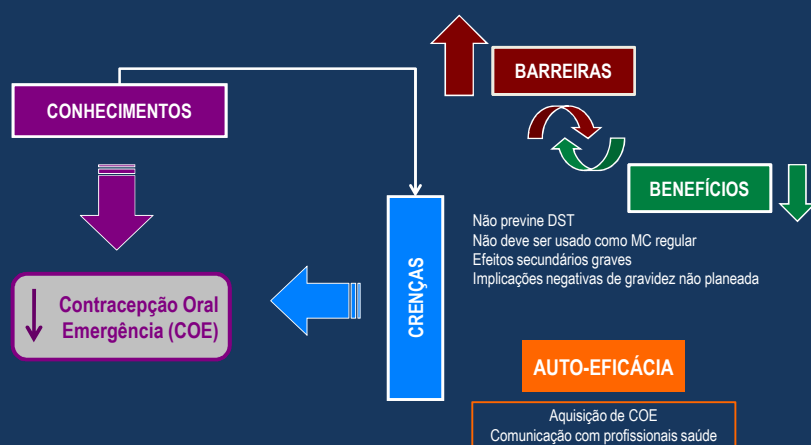
MATERIAL: Questionário de autopreenchimento, constituído por 4 partes destinadas a

- caracterização da amostra
- identificação das crenças relativas à COE
- avaliação de conhecimentos
- caracterização das práticas contraceptivas

RESULTADOS

▣ 26,9% dos estudantes referem já ter recorrido à COE, apresentando como motivos mais recorrentes: “preservativo rompeu ou ficou retido na vagina” e “esquecimento de duas ou mais tomas da pílula”;

▣ Os estudantes conhecem bem o período de utilização da COE, mas revelam muitas dúvidas no que diz respeito à sua composição;



▣ A maioria considera que a COE não protege das doenças sexualmente transmissíveis, pode ter efeitos negativos na saúde e não deve ser utilizada como MC regular;

▣ Embora 30,5% dos estudantes revelem algum constrangimento na aquisição de COE, a maioria (81,6%) considera-se eficaz na obtenção de informação sobre a COE junto dos Profissionais de Saúde.

CONCLUSÕES

▣ As crenças parecem reflectir-se nos comportamentos, uma vez que a COE não é utilizada como MC regular, mas apenas como solução de recurso em caso de falha nos métodos habituais e como forma de evitar uma gravidez não planeada, percebida como potencialmente negativa nesta fase das suas vidas.

▣ Uma intervenção regular e sistematizada, adaptada à população jovem, por parte dos Profissionais de Saúde deve incentivar e potenciar práticas contraceptivas cada vez mais adequadas.

REFERÊNCIAS: Branco, M. J., Nunes, B., Gouveia, V., & Guerreiro, J. (2007). Uma "Observação" sobre a Contraceção Oral de Emergência. *Sexualidade e Planeamento Familiar*, 44/45, 27-36. Kang, H.S., & Moneyham, L. (2008). Use of emergency contraceptives pills and condoms by college students: a survey. *Int J Nurs Stud*, 45(5), 775-783. Nunes, M.T. (2005). Conhecimento e utilização da contracepção de emergência em alunas do ensino secundário em Guimarães. *Revista Portuguesa de Clínica Geral*, 21, 247-56. Reis, M., & Matos, M.G. (2007). Contracepção – Conhecimentos e atitudes em jovens universitários. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 8(2), 209-220. SPG – Sociedade Portuguesa de Ginecologia (2005). Caracterização das práticas contraceptivas das mulheres em Portugal. Consultado em Junho, 25, 2008 através de http://www.spginecologia.pt/uploads/avaliacao_praticas_contraceptivas_das_mulheres_em_port.pdf